



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1013403-77.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - Estabelecimentos de Ensino**  
 Impetrante: **Gabriella Soares de Souza**  
 Impetrado: **ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS - USP e outros**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **GABRIELA MULLER CARIOBA ATTANASIO**

**VISTOS.**

Trata-se de Mandado de Segurança com pedido liminar, impetrado por **GABRIELLA SOARES DE SOUZA**, contra ato praticado pelo diretor **PAULO SERGIO VAROTO**, agente integrante da **ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS**, objetivando seja determinada à entidade coatora que profira sua decisão final sobre a sindicância instaurada contra ela e, em consequência da justiça a ser feita, lhe seja expedido o título de Doutora.

A liminar foi deferida parcialmente (fls. 141/142).

A autoridade apontada como coatora prestou informações às fls. 150/177, sustentando, em síntese, que, ao contrário do quanto arguido na inicial, o procedimento administrativo instaurado pela Portaria EESC nº 42/2017, aos 05/05/2017, teve sua decisão final de mérito proferida no dia 30/10/2017, desta forma, já estava concluído há mais de 01 mês, antes da distribuição da presente demanda. Suscita preliminar de carência da ação pela falta de interesse de agir e pela ilegitimidade passiva. Defende a ausência de mácula a direito líquido e certo pois o diretor da EESC/USP cumpriu seu dever de investigar a denúncia recebida pela ouvidoria da unidade de ensino, tendo concluído o procedimento sindicante antes mesmo da propositura da presente demanda, por outro lado, as questões levantadas no bojo da sindicância envolveriam matéria de fato, capaz de exigir ampla instrução dilatória o que seria incompatível no rito do mandado de segurança, sendo manifesta a inadequação da via eleita. No mérito, alegou que a comissão sindicante verificou que a denúncia se tratava em verdade de dois temas diversos: (i) relativo a suposto relacionamento afetivo existente entre professor orientador e aluna orientada e (ii)


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

relativo ao descumprimento do requisito indispensável de aprovação de parecer de Ética em Pesquisas com Seres Humanos (parecer este que seria indispensável a toda e qualquer pesquisa que envolva seres humanos). Em relação ao tema (ii) a Comissão sindicante sugeriu ao impetrado, autoridade responsável pela portaria instauradora do processo administrativo que, por precaução, a expedição do diploma da aluna impetrante aguardasse o término dos trabalhos daquela Comissão, tendo ele encaminhado a documentação à Coordenadoria do Programa de Pós Graduação em Bioengenharia, para as providências que julgasse necessárias, uma vez que a expedição do Diploma de Doutorado não é ato que dependa da anuência ou de qualquer outra manifestação do Diretor da EESC/USP. Findos os trabalhos, a comissão sindicante concluiu que, em relação ao tema (i) não havia provas suficientes e aptas a embasar esse ponto da denúncia e, em relação ao item (ii) havia inconsistências nas informações apresentadas e, por fim, verificaram que há indicação de que o Parecer emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFSCar obteve resultado **não aprovado**. Referido projeto de pesquisa foi então submetido a recurso para avaliação da CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa) que, após análise do projeto e do recurso, emitiu parecer de **não aprovado**. Desta forma, o projeto de pesquisa da impetrante não obteve a imprescindível aprovação pelo CEP. Diante destas conclusões, a Comissão Sindicante sugeriu a abertura de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor da impetrante e do professor Vilmar, seu então orientador. Aduz ter havido a perda do objeto e requer a extinção do feito sem julgamento do mérito.

O Ministério Público deixou de se manifestar sobre o mérito e objeto do presente mandado de segurança, fls. 397/398.

Admitido o ingresso ao feito da USP, como assistente litisconsorcial, fl. 400.

Solicitadas informações à EESC/USP acerca do eventual resultado proferido no Processo Administrativo nº 2017.1.2967.18.7, instaurado no dia 19/12/2017, para anulação do título obtido pela impetrante, fl. 405.

Apresentada aos autos resposta da USP informando a inexistência, até a presente data, de deliberação conclusiva acerca do referido processo administrativo, pontuando-se, outrossim, que a matéria fosse submetida à análise jurídico-formal da


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Procuradoria Geral da USP, conforme exigência legal, fls. 411/419.

**É o relatório.**
**Passo a fundamentar e decidir.**

Conforme já mencionado, a sindicância - EESC (Processo 2017.1.1399.18.5) foi instaurada no dia 05/05/2017 pela Portaria nº 42/2017 (fl. 13) e previu "o prazo de 60 dias para conclusão dos trabalhos, contados da data de sua instalação", tendo a Comissão Sindicante apresentado o relatório final em 20/06/2017, sugerindo a abertura de Processo Administrativo Disciplinar para apuração das penalidades que julgar necessárias para a *Sra. Gabriella Soares de Souza e para o Sr. Prof. Vilmar Baldissera*, (fls. 68/82).

No dia 13/12/2017, foi deferida parcialmente a liminar para determinar que a Autoridade apontada como coatora proferisse decisão administrativa conclusiva **na Sindicância** mencionada na inicial, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

A autoridade coatora demonstrou que já havia decisão final de mérito proferida no dia 30/10/2017, na sindicância guerreada (fl. 303).

Assim, o feito deve ser extinto sem resolução de mérito, em virtude da falta de interesse de agir, pois, antes mesmo do ajuizamento da ação, já havia sido preferida a decisão aqui pleiteada.

Ainda que assim não se entendesse, não há como atender a pretensão inicial, pois não se vislumbra violação a direito líquido e certo, não havendo ilegalidade administrativa a ser reparada.

A documentação trazida aos autos comprova que a decisão final proferida na sindicância acolheu o parecer final da comissão sindicante para determinar a abertura de Processo Administrativo Disciplinar para apuração das penalidades que julgasse necessárias para a *Sra. Gabriella Soares de Souza e para o Sr. Prof. Vilmar Baldissera*, (fls. 68/82).

Ainda que no processo administrativo não tenha sido proferida deliberação conclusiva, até a presente data, o fato é que este pedido e, ainda, o pedido formulado às fls. 422/423, não foram objeto desta ação mandamental e não cabe ao Judiciário adentrar no mérito administrativo, a menos que seja verificada alguma ilegalidade, até o momento não



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

constatada, pois, pelo que consta dos autos, o título de Doutora ainda não conferido pois o Projeto de Pesquisa em questão não obteve aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

Assim, não há ilegalidade administrativa a ser reparada.

Ante o exposto, **DENEGO** a segurança pleiteada, com fundamento no artigo 6º, parágrafo 5º da Lei 12.016/09.

Custas, na forma da lei, pela impetrante.

Sem condenação ao pagamento de honorários advocatícios por expressa disposição legal (art. 25, da Lei 12.016/09).

Oficie-se à autoridade impetrada dando conta desta decisão.

**P. I.**

São Carlos, 09 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**